

# **A Execução Fiscal da Fazenda Pública Federal na Prática**



Reinaldo Oliveira

# **A Execução Fiscal da Fazenda Pública Federal na Prática**

Cuiabá, MT  
Edição Autor  
2020

Copyright © by Reinaldo Oliveira

Este livro foi escrito, diagramado e produzido pelo autor que detém todos os direitos de conteúdo e comercialização dessa obra. É proibida a duplicação ou reprodução deste livro, no todo ou em parte, sob quaisquer meios, sem a autorização expressa do autor.

Contato com o autor pode ser feito pelo e-mail:  
reicarlo@zipmail.com.br.

CIP-Brasil Catalogação na Publicação  
Ficha Catalográfica feita pelo autor

---

O48a

Oliveira, Reinaldo

A Execução Fiscal da Fazenda Pública Federal na Prática / Reinaldo Oliveira. Cuiabá, MT: Edição Autor.

ISBN 978-65-00-07171-9

1. Advocacia pública. 2. Direito tributário. 3. Direito processual tributário. 4. Execução fiscal. 5. Mandado de segurança. 6. Exceção de pré-executividade 7. Ação de tutela cautelar. 8. Ação tributária. 9. Ação anulatória. 10. Embargos. I. Título.

CDD 341.413

CDU 347.9(81)

---

## Sumário

Introdução .....	11
Capítulo 1 - Mandado de segurança .....	13
1.1 - Informações em mandado de segurança versando sobre suspensão de auto de infração .....	13
1.2 - Agravo de instrumento interposto em face de decisão que deferiu parcialmente liminar em mandado de segurança para suspender a exigibilidade de débitos incidentes sobre a comercialização de produtos rurais .....	28
1.3 - Apelação em mandado de segurança versando sobre a retenção prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212/1991 .....	47
1.4 - Apelação de sentença proferida em mandado de segurança versando sobre pedido de emissão de CND ou CPD-EN apesar da existência de débitos exigíveis. ....	56
1.5 - Contrarrazões de apelação para manter sentença proferida em mandado de segurança que caracterizou a litigância de má-fé de impetrante por deduzir lide temerária violando o princípio da boa-fé.....	64
Capítulo 2 - Ação de tutela cautelar.....	69
2.1 - Agravo de instrumento interposto em face de medida liminar deferida nos autos da ação de tutela cautelar versando sobre exclusão do nome do devedor do Cadin .....	69
2.2 - Juntada de documentos que instruíram o agravo de instrumento .....	79
2.3 - Contestação em ação de tutela cautelar versando sobre caução de bens imóveis para suspender a exigibilidade de crédito tributário de forma a garantir a expedição de CND ou CPD-EN .....	80
2.4 - Contrarrazões a recurso de apelação interposto em face de sentença judicial que indeferiu pedido de caução com títulos da dívida pública (apólices) objetivando garantir débitos tributários .....	89
Capítulo 3 - Ação ordinária anulatória .....	92

3.1 - Contestação em ação ordinária anulatória versando sobre ilegalidade de protesto, nulidade do procedimento administrativo fiscal e da Certidão de Dívida Ativa e inconstitucionalidade da Lei nº 9.933/1999.....	92
3.2 - Contestação de exceção de incompetência do juízo da vara de execuções fiscais em virtude da existência de ação declaratória visando à anulação de débito fiscal que tramita em outro juízo .....	107
Capítulo 4 - Ação ordinária tributária .....	112
4.1 - Apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico.....	112
4.2 - Pedido de homologação de renúncia do autor ao direito sobre o qual se funda a ação e extinção do processo com julgamento do mérito .....	113
4.3 - Agravo de instrumento interposto em face de decisão que deferiu pedido de antecipação de tutela nos autos da ação ordinária tributária versando sobre nulidade de auto de infração e nulidade e prescrição do procedimento administrativo.....	114
4.4 - Juntada de documentos que instruíram o agravo de instrumento .....	132
4.5 - Contestação de ação ordinária tributária versando sobre pedido de suspensão da exigibilidade de débitos fiscais .....	133
4.6 - Contrarrazões a agravo retido interposto em face de decisão interlocutória que indeferiu pedido de prova testemunhal.....	148
4.7 - Contrarrazões a apelação interposta em face de sentença que indeferiu pedido de não incidência de tributos.....	151
4.8 - Pedido de citação do devedor para pagamento dos honorários advocatícios a que foi condenado .....	153
4.9 - Pedido de cumprimento de sentença e execução de honorários advocatícios .....	154
Capítulo 5 - Execução fiscal .....	156
5.1 - Petição inicial.....	156
5.2 - Pedido de expedição de carta precatória visando à citação do corresponsável pelo débito exequendo.....	157
5.3 - Pedido de citação por hora certa.....	158

5.4 - Pedido de citação de inventariante .....	158
5.5 - Pedido de citação por edital do executado e corresponsável ...	159
5.6 - Pedido de avaliação do bem oferecido antes da aceitação da penhora .....	160
5.7 - Pedido de substituição de bem oferecido à penhora de difícil alienação por outro que possa ser facilmente comercializado.....	161
5.8 - Pedido de penhora online pelo sistema BacenJud .....	162
5.9 - Pedido de penhora de veículo .....	169
5.10 - Pedido de intimação de depositário para apresentar veículo em juízo .....	170
5.11 - Pedido de penhora de imóvel.....	171
5.12 - Pedido de intimação do executado para fornecer elementos a fim de viabilizar a localização do imóvel oferecido à penhora.....	172
5.13 - Agravo de instrumento em face de decisão judicial que suspendeu o curso do processo de execução fiscal .....	173
5.14 - Pedido de juntada de agravo de instrumento.....	180
5.15 - Manifestação sobre alegação da ocorrência de prescrição intercorrente nos autos de processo de execução fiscal .....	181
5.16 - Ocorrência de fraude à execução fiscal.....	183
5.17 - Pedido de substituição do polo passivo da execução fiscal em razão da morte do executado.....	190
5.18 - Pedido de extinção do processo de execução fiscal em razão do pagamento do débito .....	195
Capítulo 6 - Exceção de pré-executividade.....	197
6.1 - Impugnação de exceção de pré-executividade versando sobre alegação de ilegitimidade de sócio-gerente de sociedade dissolvida irregularmente para figurar no polo passivo da ação de execução fiscal.....	197
6.2 - Impugnação de exceção de pré-executividade versando sobre a ocorrência de decadência dos débitos fiscais .....	204

6.3 - Impugnação de exceção de pré-executividade interposta objetivando a extinção do débito exequendo sob a alegação de prescrição.....	210
6.4 - Agravo de instrumento interposto em face de decisão judicial proferida em exceção de pré-executividade versando sobre ilegitimidade passiva de sócio-gerente de sociedade dissolvida irregularmente para figurar no polo passivo .....	214
6.5 - Juntada dos documentos que instruíram o recurso de agravo de instrumento .....	223
6.6 - Apelação de sentença judicial proferida em exceção de pré-executividade versando sobre nulidade de Certidão de Dívida Ativa e prescrição do débito.....	224
Capítulo 7 - Embargos de terceiro.....	234
7.1 - Contestação de embargos de terceiro versando sobre levantamento de penhora de imóvel de sócio-gerente de empresa dissolvida irregularmente.....	234
7.2 - Apelação de sentença judicial que julgou procedentes embargos de terceiro versando sobre penhora de bem imóvel efetuada nos autos da ação executiva fiscal.....	242
7.3 - Contrarrazões de apelação interposta em face de sentença que extinguiu o processo de embargos de terceiro versando sobre penhora de bem imóvel.....	255
7.4 - Razões finais em embargos de terceiro.....	261
Capítulo 8 - Embargos à execução .....	262
8.1 - Impugnação ao valor da causa em embargos à execução fiscal.....	262
8.2 - Impugnação de embargos à execução fiscal versando sobre nulidade de certidão de dívida ativa, cerceamento de defesa e excesso de execução .....	264
8.3 - Impugnação de proposta de honorários periciais em embargos à execução fiscal.....	272
8.4 - Pedido julgamento antecipado dos embargos à execução fiscal.....	273



8.5 - Apelação em face de sentença judicial que julgou procedentes embargos à execução versando sobre decadência e prescrição do crédito fazendário.....	274
Capítulo 9 - Petições visando impulsionar processo judicial de cobrança de créditos fiscais.....	286
9.1 - Pedido de juntada de nova certidão de dívida ativa aos autos .	286
9.2 - Pedido de transferência de depósito.....	287
9.3 - Concordância com laudo de avaliação e pedido de intimação da penhora do corresponsável e cônjuge.....	287
9.4 - Concordância com a avaliação judicial, pedido de registro e reforço da penhora.....	288
9.5 - Pedido de conversão de arresto em penhora e registro, avaliação e intimações de imóvel.....	290
9.6 - Concordância com laudo de avaliação e com os bens imóveis nomeados à penhora.....	291
9.7 - Pedido de juntada do valor atualizado do débito e prosseguimento do processo executivo fiscal.....	292
9.8 - Pedido de reforço da penhora existente nos autos.....	292
9.9 - Pedido de cumprimento integral do mandado de penhora.....	293
9.10 - Concordância com a avaliação judicial do bem oferecido e pedido de reforço da penhora.....	294
9.11 - Discordância da nomeação dos bens à penhora e de pedido de reunião de processos executivos fiscais.....	295
9.12 - Pedido de avaliação e leilão parcelado de bens penhorados ..	298
9.13 - Pedido de desfazimento de arrematação de leilão.....	300
9.14 - Pedido de suspensão do processo executivo fiscal em razão de parcelamento do débito.....	302
9.15 - Pedido de intimação de credor hipotecário.....	303
9.16 - Pedido de averiguação da existência de contas bancárias ou outros ativos financeiros em nome da empresa executada e de sócio corresponsável.....	304

9.17 - Manifestação em face de pedido de desbloqueio de conta bancária .....	305
9.18 - Pedido da relação de bens constantes da declaração de renda do executado obtida de forma automatizada no programa Infojud pelo magistrado .....	307
9.19 - Pedido de abertura de inventário.....	308
9.20 - Pedido de penhora no rosto dos autos do inventário .....	310
9.21 - Pedido de suspensão do fluxo processual para implementar diligências visando à localização de bens do executado .....	312
9.22 - Pedido de suspensão do processo executivo fiscal por doze meses em razão da não localização de bens penhoráveis em nome do executado .....	313
Capítulo 10 - Diligências administrativas visando o prosseguimento de processos executórios fiscais .....	314
10.1 - Ofício enviado à junta comercial com pedido do contrato social, alterações contratuais e relação de sócios da empresa executada .....	314
10.2 - Ofício enviado a notário e registrador com pedido do informações a respeito da existência de bem imóvel ou qualquer outro direito real em nome do executado .....	314
10.3 - Ofício enviado ao departamento estadual de trânsito com pedido de informações sobre a propriedade de veículo .....	315
10.4 - Ofício enviado à delegacia da receita federal do Brasil com pedido de informações sobre a relação dos bens do executado .....	316
10.5 - Ofício enviado a notário e registrador com pedido de registro de penhora de imóvel.....	317
10.6 - Memorando com pedido de pagamento de diligência de oficial de justiça.....	317
10.7 - Memorando com pedido de indicação de assistente técnico para atuar em processo judicial .....	318
10.8 - Memorando com pedido de elaboração de demonstrativo de débito referente a honorários advocatícios .....	319
Referências bibliográficas.....	321

## Introdução

Este trabalho tem por objetivo servir de auxílio aos estudantes e operadores do direito na advocacia pública federal não somente aqueles que estão no início de carreira, mas também os que em razão da carga exorbitante de trabalho para poucos profissionais não dispõem de tempo suficiente para confeccionar integralmente todas as petições processuais que precisam utilizar diariamente para iniciar e dar prosseguimento a processos judiciais visando à cobrança de dívidas fazendárias para suprir a Fazenda Pública dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento social brasileiro.

A Execução Fiscal da Fazenda Pública Federal na Prática contém dez capítulos versando inicialmente, nos capítulos um a quatro, sobre a defesa judicial da constituição dos créditos fiscais tributários e não tributários mesmo antes do seu ajuizamento por parte do Fisco nos mandados de segurança, ações de tutela cautelar, ações ordinárias anulatórias e ações ordinárias tributárias.

O capítulo cinco trata da execução fiscal propriamente dita. Já os capítulos seis a oito cuidam da defesa judicial dos créditos fiscais tributários e não tributários já constituídos e ajuizados. Sendo o capítulo seis nas exceções de pré-executividade antes da garantia do débito fiscal pela penhora de bens do devedor, o capítulo sete nos embargos de terceiro onde é defendido as penhoras que recaíram sobre bens do devedor e o capítulo oito nos embargos à execução fiscal na defesa dos créditos já garantidos por penhora.

No capítulo nove são apresentadas petições judiciais diversas visando impulsionar o processo judicial de cobrança de créditos fiscais. Por último o capítulo dez versa sobre minutas de ofícios e memorandos a serem utilizados nas diligências administrativas necessárias para dar prosseguimento aos processos executórios fazendários ajuizados.

Reinaldo Oliveira

Os tipos e modelos de petições são peças judiciais básicas norteadoras que se referem às execuções fiscais das diversas autarquias e fundações públicas federais brasileiras. Em razão disso, o operador do direito na advocacia pública federal que atua em alguma autarquia ou fundação pública específica pode inserir na peça processual, onde couber, a legislação do órgão que atua.

Além disso, pode complementar a argumentação jurídica e assim melhorar a sua petição, colocando nela o seu conhecimento peculiar e a sua criatividade, melhorando-a e deixando-a com as suas características profissionais e pessoais, adaptando-a ao caso específico com o intuito de defender da melhor forma possível a tese jurídica que acredita.

Com o objetivo de facilitar minimamente o trabalho desenvolvido pelos operadores do direito na advocacia pública federal, cada tipo e modelo de petição contém o argumento jurídico acompanhado da legislação da autarquia ou fundação pública federal referida, doutrina e jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.